



PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS CICLOS DE ESTUDOS CONDUCENTES AO GRAU DE MESTRE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

Artigo 1º Âmbito

1. O presente regulamento aplica-se aos ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (adiante referido por IPVC) e segue os princípios instituídos no Decreto-Lei nº. 74/2006, de 24 de Março, com a redacção dada pelo Decreto-Lei 107/2008 de 25 de Junho.
2. Este regulamento não é aplicável aos ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre que conferem habilitação profissional.

Artigo 2º Regras de admissão

1. Podem candidatar-se a um ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:
 - a) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal, na área académica do ciclo de estudos em causa ou em área académica afim;
 - b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro, conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do processo de Bolonha por um Estado aderente a este processo, na área académica do ciclo de estudos em causa ou em área académica afim;
 - c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro, que seja reconhecido como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado pelo conselho técnico-científico do IPVC, na área académica do ciclo de estudos em causa ou em área académica afim;
 - d) Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para realização do ciclo de estudos pelo conselho técnico-científico do IPVC;
2. O reconhecimento da afinidade da área académica referida nas alíneas a), b) e c) do número anterior é efectuada pela comissão científica do ciclo de estudos;

Artigo 3º Comissão científica do ciclo de estudos

1. A comissão científica do curso é constituída pelo coordenador do ciclo de estudos a designar pelo Director da escola, e por dois doutores ou especialistas do curso nomeados pelo coordenador. Tem como função gerir o ciclo de estudos, nomeadamente no que se refere à:
 - a) elaboração do edital;
 - b) definição de critérios de seriação e selecção dos candidatos;
 - c) definição de condições de funcionamento;
 - d) elaboração do horário;
 - e) articulação da coordenação de acordo com as directrizes e recomendações da direcção da escola, do conselho técnico-científico e do conselho pedagógico;
 - f) organização do dossier;
 - g) recolha dos pedidos de orientação dos mestrandos;
 - h) apresentação de propostas de constituição dos júris ao órgão competente;
 - i) elaboração do relatório de avaliação.
2. O coordenador do ciclo de estudos tem as funções de um coordenador de curso definidas no artº.58 dos estatutos do IPVC.



PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS CICLOS DE ESTUDOS CONDUCENTES AO GRAU DE MESTRE DO IPVC

Artigo 4º

Normas de candidatura, critérios de selecção e seriação, fixação do número de vagas, prazos de candidatura e condições de funcionamento

Antes do início de cada ciclo de estudos será publicado na página das escolas do IPVC o edital de abertura, da competência do Director da escola, que incluirá a seguinte informação:

- a) Condições de matrícula e inscrição no ciclo;
- b) Fixação do número de vagas (máximo e mínimo) e sua distribuição por contingentes especiais, se for caso disso;
- c) Cursos que constituem habilitação de acesso ao ciclo de estudos;
- d) Prazos em que decorrem as candidaturas;
- e) Critérios de selecção e seriação dos candidatos;
- f) Plano de estudos do ciclo de estudos, incluindo as unidades curriculares e respectivas áreas científicas, carga horária e créditos ECTS;
- g) Processo de afixação e divulgação de vagas;
- h) Horário de funcionamento do ciclo de estudos.

Artigo 5º

Taxas de matrícula e de propinas de inscrição

1. É devida uma taxa de candidatura para todos os candidatos e uma taxa de matrícula no ciclo de estudos, bem como o pagamento de uma propina de inscrição para os candidatos admitidos, de acordo com a tabela de emolumentos do IPVC.
2. O valor das propinas de inscrição e taxas de candidatura e matrícula, assim como os termos em que poderá ser atribuída a isenção, são fixados pelo Presidente do IPVC.

Artigo 6º

Estrutura do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre

1. O ciclo de estudos tem, por regra, a duração entre três e quatro semestres. A parte curricular desenvolve-se ao longo dos dois primeiros semestres e corresponde ao curso de especialização.
2. O ciclo de estudos organiza-se segundo o sistema de ECTS.
3. Os estudantes que obtenham classificação não inferior a 10, na escala inteira de 10 a 20, a todas as unidades curriculares do curso de especialização, desde que não inferior a 60 ECTS, têm direito a um diploma específico.
4. O diploma específico inclui a classificação do curso de especialização que é a média aritmética ponderada pelos respectivos ECTS, calculada até às décimas e arredondada das classificações obtidas em cada uma das unidades curriculares do curso.

Artigo 7º

Regime de precedência

1. O aproveitamento no curso de especialização precede a realização da defesa da dissertação, trabalho de projecto ou estágio.
2. Os estudantes que não completem a parte curricular e/ou a dissertação/trabalho de projecto/estágio do ciclo de estudos nos prazos regulamentares, podem inscrever-se em novas edições do ciclo de estudos como supranumerários. Não existindo nova edição do ciclo de estudos o mestrando tem direito a inscrição nas unidades curriculares em falta às quais será



PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS CICLOS DE ESTUDOS CONDUCENTES AO GRAU DE MESTRE DO IPVC

garantido apoio tutorial dentro dos limites de prescrição fixados na tabela anexa à lei 37/2003 de 22 de Agosto. Em qualquer das situações são devidas as respectivas taxas e propinas.

3. A contagem dos prazos para a entrega, para a reformulação e para a defesa da dissertação/trabalho de projecto/relatório de estágio pode ser suspensa pelo conselho técnico-científico por um período máximo de um ano, ouvida a comissão científica do ciclo de estudos, nos seguintes casos:

- a) maternidade;
- b) doença grave e prolongada do mestrando, quando a sua situação ocorra no decurso do prazo para a entrega e para a defesa da dissertação;
- c) outros casos previstos na lei.

Artigo 8º **Avaliação de conhecimentos**

As modalidades de avaliação de conhecimentos são definidas pela comissão científica do ciclo de estudos e explicitadas no programa de cada uma das unidades curriculares. Do mesmo modo a comissão científica explicitará as condições de realização de provas de melhoria de nota.

Artigo 9º **Dissertação, Trabalho de Projecto ou Relatório de Estágio**

1. No desenvolvimento do disposto no art.º 20 do DL 74/2006, de 24 de Março, entende-se por dissertação, trabalho de projecto ou relatório de estágio o seguinte:

a) Dissertação tem por objectivo a realização de um estudo de investigação sobre um tema da área de conhecimento do ciclo de estudos.

O estudo de investigação deve envolver componentes de carácter teórico e/ou empírico, promovendo a compreensão e a resolução de problemas, a selecção e recolha criteriosa de informação e bibliografia adequadas, a adopção de metodologias de abordagem apropriadas, a concepção de uma solução para o problema proposto e respectiva implementação, e a análise crítica dos resultados.

A dissertação deve demonstrar a capacidade científica do mestrando.

b) O trabalho de projecto visa a aplicação integrada de conhecimentos e de competências adquiridos ao longo do curso a situações novas de interesse prático actual, com o objectivo de responder a necessidades identificadas de uma entidade pública ou privada.

Pressupõe a adopção de metodologias e estratégias apropriadas à aquisição, exploração e/ou análise de dados com vista à resolução de um problema específico das áreas de conhecimento do curso.

Através de uma utilização criteriosa da informação e bibliografia seleccionadas, o relatório final deve pôr em evidência a actualidade e a relevância das metodologias e técnicas utilizadas durante a fase de execução do projecto e/ou o conhecimento do estado da arte na especialidade em que se integra.

c) O estágio de natureza profissional visa complementar a formação académica realizada no decorrer da componente de especialização do ciclo de estudos através da integração do mestrando no exercício de uma actividade profissional ou no desenvolvimento de actividades em empresas ou entidades propiciadoras de contactos reais com o mundo do trabalho.

Este estágio é objecto de um Relatório Final que deve consistir um relato reflexivo das actividades desenvolvidas em contexto real de trabalho, explicitando competências profissionais adquiridas na realização de novas tarefas próprias da actividade técnica, profissional ou científica, numa entidade de âmbito público ou privado.



PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS CICLOS DE ESTUDOS CONDUCENTES AO GRAU DE MESTRE DO IPVC

2. Os trabalhos desenvolvidos e os documentos escritos deverão cumprir as regras científicas inerentes aos trabalhos de investigação, pretendendo-se fundamentalmente que o mestrando identifique, problematize e apresente propostas tendencialmente inovadoras de solução para problemas concretos e reais das entidades de âmbito público ou privado.
3. Os trabalhos devem ser elaborados de acordo com “Normas para a elaboração da dissertação, relatório de trabalho de projecto ou estágio dos ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre” do IPVC.

Artigo 10º

Dissertação, Trabalho de Projecto ou Estágio – condições de admissão e orientação

1. A dissertação, trabalho de projecto ou estágio será orientado, preferencialmente, por um doutor ou especialista do ciclo de estudos ou do IPVC. Excepcionalmente, poderá ser orientado por um doutor ou especialista de outra instituição, de competência científica reconhecida pela comissão científica do ciclo de estudos.
2. Pode admitir-se a co-orientação da dissertação, trabalho de projecto ou estágio por dois orientadores sendo, pelo menos um deles, um doutor ou especialista do IPVC.
3. Até ao final do 2º semestre é feita a proposta, pelo candidato, de designação do orientador à comissão científica do ciclo de estudos através de requerimento em impresso próprio, a qual deve ser acompanhada da proposta da dissertação, trabalho de projecto ou estágio, e por declaração de aceitação do(s) orientador(es).
4. A comissão científica do ciclo de estudos examinará e informará da decisão todos os requerimentos no prazo de 15 dias úteis.
5. As regras sobre a apresentação e a entrega da dissertação, do trabalho de projecto ou do relatório de estágio e a sua apreciação serão objecto de regulamento específico.
6. Quando tiver completado a dissertação, trabalho de projecto ou estágio, o candidato requererá dentro do prazo fixado para o ciclo de estudos e em impresso próprio, a realização da prova de apresentação e defesa pública.
7. É condição prévia para requerer a admissão a provas públicas, que o candidato tenha concluído, com aproveitamento, a totalidade da parte curricular do ciclo de estudos.
8. O requerimento referido no nº 6 é acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Parecer do(s) orientador(es) sobre a dissertação, trabalho de projecto ou estágio e sobre a oportunidade da sua apresentação e defesa pública;
 - b) Cinco exemplares da dissertação, trabalho de projecto ou relatório de estágio em suporte papel. Para a apresentação destes documentos devem ser tidas em conta as *Normas para elaboração da dissertação, relatório de trabalho de projecto ou estágio dos ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre*;
 - c) Cinco exemplares do *curriculum vitae* em suporte papel;
 - d) Um exemplar da dissertação, trabalho de projecto ou estágio em suporte digital;
 - e) Uma autorização para permitir a divulgação *on-line* e nos serviços de Biblioteca, da dissertação, trabalho de projecto ou estágio;
 - f) Declaração de autoria em como nenhuma parte do texto é plágio/cópia.
9. Os serviços académicos anexam aos documentos referidos no ponto anterior declaração comprovativa da aprovação do estudante em todas as unidades curriculares do 1º e 2º semestres da qual constem as classificações obtidas e remete o processo ao coordenador do ciclo de estudos.

Artigo 11º

Funções do orientador

Ao orientador caberá, designadamente, a realização das seguintes tarefas:



PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS CICLOS DE ESTUDOS CONDUCENTES AO GRAU DE MESTRE DO IPVC

- a) Orientar o mestrando na escolha do tema da dissertação ou do trabalho de projecto, do contexto de estágio, tendo em conta os objectivos por ele manifestados;
- b) Analisar a pré-proposta de dissertação, trabalho de projecto ou pré-projecto de estágio elaborada pelo mestrando;
- c) Esclarecer o mestrando relativamente a questões e dúvidas decorrentes da elaboração da dissertação, do relatório de estágio ou do trabalho de projecto;
- d) Elaborar parecer intermédio, a entregar ao coordenador do ciclo de estudos, sobre o desenvolvimento do trabalho.

Artigo 12º **Constituição do Júri**

1. O júri do ciclo de estudos será nomeado pelo presidente do IPVC, sob proposta do conselho técnico-científico ouvida a comissão científica do ciclo de estudos nos 30 dias que se seguem à aceitação do requerimento referido no Artigo 9º, nº 5.
2. O júri é constituído por:
 - a) O presidente do júri, que deverá ser o coordenador do ciclo de estudos, que em caso de impedimento pode ser substituído por um doutorado ou especialista na área científica do ciclo de estudos;
 - b) O(s) orientador(es) da dissertação/projecto/estágio;
 - c) Outros membros com o grau de doutor ou especialista de reconhecido mérito.
3. O júri só pode funcionar com um mínimo de três elementos.

Artigo 13º **Despacho do Júri sobre a Dissertação/Trabalho de Projecto/Relatório de estágio**

1. Nos 30 dias subsequentes à publicação da nomeação do júri, este profere um despacho liminar em que declara se aceita a dissertação/trabalho de projecto/relatório estágio para discussão, ou se recomenda ao candidato a sua reformulação.
2. O despacho do júri recomendando a reformulação será fundamentado e subscrito pela maioria dos membros do júri, especificando os aspectos a reformular.
3. No caso da dissertação/trabalho de projecto/relatório de estágio ser aceite na forma em que foi apresentada originalmente, as provas terão lugar no prazo máximo de 60 dias a contar do despacho da sua aceitação pelo júri.
4. No caso de o júri recomendar a sua reformulação, o candidato tem 90 dias improrrogáveis para apresentar reformulação. As provas realizar-se-ão no prazo de 60 dias a contar da data da entrega da reformulação.
5. Esgotado o prazo referido no nº 4, sem resposta do candidato, considera-se ter havido desistência. Havendo resposta que o júri considere inadequada ao pedido de reformulação o candidato é considerado reprovado.

Artigo 14º **Discussão da dissertação/trabalho de projecto/relatório de estágio**

1. O processo de discussão inicia-se com uma apresentação pelo candidato da dissertação/trabalho de projecto/relatório de estágio, que terá a duração máxima de 15 minutos.
2. Após a apresentação haverá lugar à discussão, a cargo do júri, sendo garantido ao candidato tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.
3. A duração máxima do processo de discussão é de sessenta minutos.

Artigo 15º **Deliberação do Júri**



PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS CICLOS DE ESTUDOS CONDUCENTES AO GRAU DE MESTRE DO IPVC

1. A classificação é decidida por votação nominal fundamentada e é expressa na escala inteira de 0 a 20.
2. Da prova e das reuniões do júri serão lavradas actas, da qual constarão os votos emitidos por cada um dos seus membros e a respectiva fundamentação, tendo o presidente do júri voto de qualidade, em caso de empate, não podendo haver recurso excepto quando se fundamente na preterição de formalidades legais.

Artigo 16º **Classificação final**

1. A classificação final do candidato será a média aritmética ponderada pelos respectivos ECTS, calculada até às décimas e arredondada, das classificações obtidas em cada uma das unidades curriculares do ciclo de estudos, incluindo a dissertação/trabalho de projecto/relatório de estágio. A atribuição da classificação final ao ciclo de estudos implica aprovação na dissertação, trabalho de projecto ou estágio.
2. A classificação final é expressa no intervalo de 10-20 da escala inteira de 0 a 20, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

Artigo 17º **Concessão do grau de mestre**

1. O grau de mestre é titulado por um diploma emitido pelo IPVC e por uma carta de curso para os estudantes que o requeiram.
2. Do diploma e carta de curso constarão obrigatoriamente o nome do titular do grau, o documento de identificação pessoal, nacionalidade, identificação do ciclo de estudos/grau, data de conclusão, nome da instituição e da respectiva escola, classificação final segundo a escala nacional, com a respectiva correspondência na escala europeia de comparabilidade de classificações, data de emissão do diploma e assinatura dos responsáveis.
3. O diploma e suplemento ao diploma serão emitidos no prazo de 30 dias úteis a contar da data do requerimento.

Artigo 18º **Disposição especial**

São objecto de regulamento específico as regras sobre apresentação e entrega da dissertação, trabalho de projecto ou do relatório de estágio, bem como os elementos a constar obrigatoriamente dos diplomas e cartas de curso.

Artigo 19º **Revisão do regulamento**

O presente regulamento deverá ser revisto decorridos dois anos após a sua aprovação.

Artigo 20º **Delegação de Competências**

O presidente do instituto poderá delegar nos vice-presidentes ou nos órgãos de gestão das escolas as competências que lhe são conferidas pelo presente regulamento.

Artigo 21º **Casos omissos**



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS CICLOS DE ESTUDOS CONDUCENTES AO GRAU DE MESTRE DO IPVC

Os aspectos deste regulamento que suscitem dúvidas na sua aplicação ou as situações omissas serão remetidas para o conselho técnico-científico.

Artigo 22º **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo conselho técnico-científico.